



ATA N.º 02/2024

REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA DE 17/01/2024

PRESENCAS

PRESIDENTE: LUÍS MIGUEL FIALHO DUARTE

VEREADORES: JOAQUIM MARIA PINTO BENTO, em substituição da Senhora Vereadora Paula Marise Carracha Panóias Bamond das Neves

SARA CRISTINA CUPIDO CARMO GROU

RITA FIGUEIRA DE MATOS RAFAEL

ANTONIO FRANCISCO COSTA DA SILVA

HORA DE ABERTURA: 14:30 HORAS

HORA DE ENCERRAMENTO: 18:00 HORAS

FALTAS JUSTIFICADAS:

FALTAS INJUSTIFICADAS

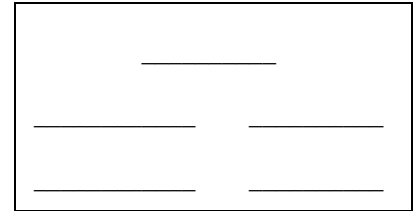
RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA REFERENTE AO DIA 12/01/2024

CAIXA	6.315,27 €
FUNDOS DE MANEIO	6.052,00 €
FUNDO DE MANEIO 2- MARIA MANUEL GRILO ROBERTO	52,00€
FUNDO DE MANEIO 5 - JOÃO SÉRGIO CANIVETE MORAIS	1000,00€
FUNDO DE MANEIO 6 - TERESA MARIA PIRES PENETRA	1.000,00 €
FUNDO DE MANEIO 7 - HELENA ISABEL BARROS TORRÃO	1.000,00€
FUNDO DE MANEIO 9 - DANIELA DA CONCEIÇÃO BANHA PALHAIS	500,00 €
FUNDO DE MANEIO 4 – RUI PAULO CORREIA MARTINS	1.500,00€
FUNDO DE MANEIO 1 – MARIA LUÍSA MARQUES MIRA FERREIRA	1000,00€
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	668.232,12€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00000345430	176.101,30€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004293431	739,00€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005537330	5.205,87 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006542530-FEDER	57.001,92€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005050650	309,70€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005974050	62,14€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006168050	5.430,67€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006435350	93.551,22€
C. G. D. – CONTA N. 0035/00007030250	600,00€
C. G. D. – CONTA N. 0035/00007105850	34.749,79€
C. G. D. – CONTA N. 0035/00007121950	3.612,00 €
C. G. D. – CONTA N. 0035/00007163830-CAUÇÕES	2.025,36€
C. G. D. – CONTA N. 0035/00011923950	674,24€
C. G. D. – CONTA N. 0035/00207142150	1.205,20€
C. C. A. – CONTA N.º 0045/40122579668	6.052,00€
B.T.A. – CONTA Nº 0018/10814784001	130.696,39€
C. C. A.– CONTA N.º 0045/40122579743	81.033,50 €
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00102934558	40.007,65 €
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00219692682	50.864,41€
C.E.M.G. – CONTA N.º 0036/99100014214	77.765,76 €
TOTAL DE DISPONIBILIDADES	981.883,89€
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS	781.549,30 €
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	200.334,59€

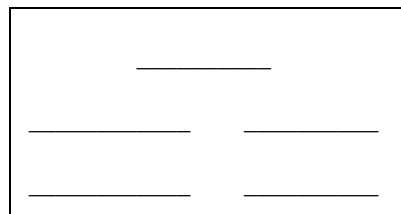
O Senhor Presidente declarou aberta a reunião às catorze horas e trinta minutos, a qual teve lugar nos Paços do Município, com a presença dos cinco membros do órgão. -----

São os seguintes os pontos da ordem de trabalhos desta reunião: -----

1. Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião; -----
2. Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 24 de outubro de 2023; -----
3. Informação sobre a Atividade da Câmara; -----
4. Proposta de celebração de Protocolo de Pareceria com a Associação Bandeira Azul da Europa, no âmbito do Programa Eco Escolas, e aprovação da transferência do valor da inscrição; -----
5. Proposta de transferência de verbas ao abrigo do Regulamento de Apoio Financeiro às Atividades Culturais: -----
 - 5.1) Associação Musical de Artes e Tradições de Alcáçovas: -----
 - Escola de Música (1º trimestre de 2023) -----
 - Grupo de Cavaquinhos do Alentejo (1º e 2º trimestre de 2023) -----
 - 5.2) Grupo Coral “Os Trabalhadores de Alcáçovas” (4º trimestre de 2023) -----
 - 5.3) Grupo Coral e Etnográfico de Viana do Alentejo (4º trimestre de 2023) -----
6. Proposta de concessão de apoio financeiro para o Grupo Coral “Os Trabalhadores de Alcáçovas”; -----
7. Proposta de concessão de apoio financeiro à Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de viana do Alentejo; -----
8. Proposta de transferência para o Agrupamentos de Escolas de Viana do Alentejo, referente ao Ano Letivo de 2022/2023; -----
9. Proposta de transferência para o Agrupamentos de Escolas de Viana do Alentejo, referente ao Ano Letivo de 2023/2024; -----
10. Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente de 9 de janeiro de 2024, que determinou a transferência de verba para a Associação de Atletismo de Évora. -----
11. Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente da Câmara, de 9 de janeiro de 2024, referente à interdição de trânsito na estrada de Vila Nova devido à realização da corrida Viana-a-par-de Alvito; -----
12. Proposta de atribuição do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso; -----
13. Proposta de atribuição de subsídios no âmbito da Ação Social Escolar (Pré-Escolar); -----
14. Proposta de indeferimento definitivo de atribuição de Bolsas de Estudo, após audiência prévia; -----



15. Proposta de ratificação do despacho que concedeu o parecer prévio favorável à celebração de contrato de aquisição de serviços de manutenção e limpeza para a Escola Básica de Alcáçovas, na modalidade de avença (entidade A); -----
16. Proposta de ratificação do despacho que concedeu o parecer prévio favorável à celebração de contrato de aquisição de serviços de manutenção e limpeza para a Escola Básica de Alcáçovas, na modalidade de avença (entidade B); -----
17. Proposta de ratificação do despacho que concedeu o parecer prévio favorável à celebração de contrato de aquisição de serviços de manutenção e limpeza para a Escola Básica de Alcáçovas, na modalidade de avença (entidade C); -----
18. Proposta de aprovação do Plano de Segurança e Saúde da Empreitada de Construção de Serviço para Autocaravanismo- ASA Viana do Alentejo, por parte do Coordenador de Segurança em obra; -----
19. Proposta de Auto de revisão de preços extraordinária nº 11, referente à empreitada de “Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa”. -----
20. Proposta de emissão de licença especial de ruído, para um evento a realizar nos dias 19 e 20 de janeiro de 2024 e isenção das respetivas taxas –Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas; -----
21. Proposta de emissão de licença especial de ruído, para um evento a realizar nos dias 20 e 21 de janeiro de 2024, e isenção das respetivas taxas – Sociedade União Alcaçovense; -----
22. Proposta de alteração da sinalização da rua Brito Camacho, em Viana do Alentejo; -----
23. Proposta da 1ª alteração permutativa de 2024 ao Orçamento da Despesa em vigor de 2023; -----
24. Proposta da 1ª alteração permutativa de 2024 ao Plano Plurianual de Investimentos em vigor em 2023; -----
25. Proposta de pedido de autorização para consultas para contratação de um empréstimo de curto prazo; -----
26. Proposta de abertura de Procedimento Concursal para Constituição de uma Relação Jurídica de Emprego em Contrato de Trabalho em Funções Públicas de Emprego por Tempo Indeterminado, para preenchimento de um posto de trabalho de Técnico Superior (Economia/Gestão de Empresas) da Carreira e Categoria de Técnico Superior; -----
27. Proposta de autorização de consolidação da situação de mobilidade interna na categoria de Assistente Técnica de uma trabalhadora no Centro Distrital de Évora do Instituto da Segurança Social;
28. Proposta de ratificação do despacho da Senhora Vice-Presidente de 5 de janeiro de 2024, que autorizou o preenchimento de um posto de trabalho de Assistente Operacional na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com recurso à reserva de recrutamento interna. -----



O Senhor Presidente da Câmara começou por solicitar a presença do Técnico do Gabinete de Informática, Sérgio Carvalho, de forma a explicar o assunto referente ao RGPD (Regulamento Geral de Proteção de Dados) e as implicações deste nas reuniões de Câmara e Sessões da Assembleia Municipal.

No uso da palavra, o Técnico referiu que, como era do conhecimento de todos, as reuniões estavam a ser gravadas e disponibilizadas no Youtube e, depois, partilhadas no Site Municipal e redes sociais. Segundo a CNPD (Comissão Nacional de Proteção de Dados) e o alerta do coordenador do RGPD, as gravações das reuniões de Câmara terão, obrigatoriamente, de ter a autorização de todos os que nela participam. Esse procedimento já estava a ser cumprido, pois dava-se consentimento para a gravação da imagem e da voz. Para além disso, também já se retiravam os dados pessoais da exposição pública. Uma das situações apontadas pelo auditor era o alojamento da gravação no youtube e a partilha nas redes sociais, pois tudo o que é publicado nas redes sociais, fica para sempre exposto-disse. Quando essa exposição era feita para uma entidade externa da União Europeia, como era o caso do youtube, era necessária uma contratualização bem regulamentada, de forma a salvaguardar os dados pessoais. O Técnico disse, ainda que se estava a expor essa informação diretamente e que não tinham qualquer tipo de contrato. -----

De acordo com o auditor, o que se devia fazer seria, deixar de transmitir a gravação, ficando guardada para registo, ou se utilizaria uma plataforma, alojada no serviço da Câmara ou na União Europeia com contrato que salvaguarde os dados pessoais e, assim resolver a situação, evitando problemas com o CPND, ou na eventualidade de haver alguma queixa.-----

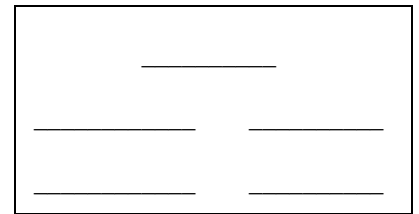
Disse ainda que, as gravações, mesmo quando eram expostas no site do Município, poderiam ser reutilizadas, ou seja, qualquer pessoa poderia gravar essas declarações e poderia utilizá-las para qualquer outro fim-disse. -----

O Senhor Presidente interveio e disse que “não podiam deixar de ser rigorosos” com este assunto, pois a empresa enviava um relatório e o que o Técnico Sérgio Carvalho tinha referido estava escrito. Por todos estes motivos, disse que “tinha de se encontrar a melhor forma” de tratar deste assunto para não se entrar em incumprimento. -----

O Senhor Presidente acrescentou que o Técnico Sérgio Carvalho e o Dr. Eduardo Luciano, chefe do seu gabinete, estavam a acompanhar este assunto, pelo que, se houvesse dúvidas, seriam eles a esclarecer e a aconselhar a forma mais correta de se proceder em relação a esta questão, evitando entrar em incumprimento. -----

Referiu que este era um assunto com muitas regras e duvidava que alguma entidade estivesse a cumprir na íntegra este regulamento, contudo, era importante tentar aproximar da realidade.-----

O Senhor Vereador António Costa da Silva interveio e disse que tinha algumas dúvidas sobre aquela



questão.-----

Em relação à primeira dúvida, referiu que, no caso daquele executivo, era dada autorização para as imagens serem publicadas nas redes sociais, mas em relação ao evento Romaria a Cavalo, na qual “eram filmadas uma série de pessoas, desde a população aos participantes, todos teriam de assinar? – perguntou. -----

Como exemplo referiu o caso das publicações constantes que se fazem nas redes sociais, como seriam se todos os que publicam tivessem de seguir as regras impostas. Para além disso, que dados seriam retirados da transparência, como era o caso de uma ata, “elemento descritivo daquilo que se pensa” - perguntou. -----

Neste contexto disse “que aquilo não fazia sentido”. -----

O Senhor Presidente interveio e disse que se podia publicar, pelo menos no site, com assinatura e autorização. No caso do youtube só mediante algumas regras –afirmou. -----

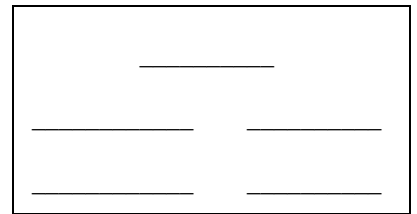
A Senhora Vereadora Rita Rafael, relativamente a esse assunto, questionou se já se tinha tentado averiguar, junto de outros Municípios que também gravam as reuniões de Câmara, como estavam a tratar deste assunto. -----

O Técnico Sérgio Carvalho respondeu que já tinham sido pedidos pareceres à CNPD, situação que levou à emissão de uma orientação, no sentido de se terminarem as gravações das reuniões de Câmara e da Assembleia Municipal. Estas orientações determinavam a minimização da captação de imagem, pedido de autorização e que a transmissão fosse feita, apenas, no Site Municipal. -----

A Senhora Vereadora Rita Rafael voltou a intervir e disse que quando assinavam um documento, no caso do RGPD, estava a ser dada autorização, por isso, qualquer partilha que fosse feita pelo Município estava de acordo com a lei. Neste sentido, quem “fosse buscar essa informação” é que poderia incorrer em alguma ilegalidade. -----

O Técnico Sérgio Carvalho referiu que uma das questões que tinham colocado na reunião, estava relacionada com a disponibilização de imagem de grandes eventos públicos, como as feiras, por exemplo. O que lhes tinha sugerido era que se podiam captar essas imagens, mas sem aparecer o rosto das pessoas. -----

Em seguida, usou da palavra o Dr. Eduardo Luciano e disse que tinha de haver uma lista organizada de elementos no Município para cumprir a Lei do RGPD e a questão que tinha sido abordada na reunião do dia anterior estava relacionada com o alojamento em plataformas extracomunitárias, nomeadamente, Facebook, Youtube, e outras redes não sediadas na União Europeia. Desta forma, a sugestão do auditor, no caso de se optar por continuar a fazer a gravação, que esta seja colocada no Site do Município ou numa plataforma local, associada ao site do Município e, assim, a autorização dada seria válida para esse



fim. -----

A outra questão colocada na dita reunião referia-se à Assembleia Municipal, no sentido de esclarecer a situação do público presente e mesmo que não interviesse, teria de assinar a declaração que se está a usar nas reuniões de Câmara-disse-. -----

Para este fim, a sugestão apresentada foi “arrumar o público num sítio que não fosse apanhado pela câmara”. -----

O Senhor Presidente perguntou como seria o procedimento, caso alguém do público manifestasse intenção de falar. -----

O Dr. Eduardo Luciano respondeu que, nessa situação, teria de ser expressa a autorização. -----

A Senhora Vereadora Rita Rafael voltou a usar da palavra e perguntou “se fosse para o Site do Município, qualquer pessoa poderia ir buscar e publicar no Facebook, Instagram, entre outros”. A outra questão relacionava-se com os meios de comunicação e com as condições que estes tinham para usar a informação publicada. -----

Explicou o chefe de gabinete do Senhor Presidente que os Jornalistas e as empresas de Comunicação Social tinham um código deontológico, geridos pelas entidades próprias. -----

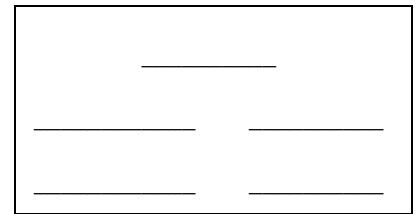
A Senhora Vereadora Sara Grou usou da palavra e disse que as gravações das reuniões de Câmara tinham começado na pandemia Covid-19 e, em sua opinião, esta situação constituía uma “regressão”. Tinha havido uma “democratização”, que permitia às pessoas participarem nas reuniões de Câmara e da Assembleia Municipal à distância. Com o RGPD estava-se a assistir a um retrocesso, pois dificultava-se o acesso das pessoas à informação sobre o seu Concelho. -----

O chefe de gabinete do Senhor Presidente disse que o RGPD tinha cerca de seis ou sete anos e já estava em vigor no tempo da pandemia. O que tinha acontecido era que as regras que tinham surgido naquele período e que tinham excecionado aquela situação, tinham sido revogadas, após a pandemia. -----

“A reunião é pública para quem assiste “-disse. -----

Referiu, ainda, que nas reuniões de Câmara e nas sessões da Assembleia Municipal, as pessoas tinham a sua imagem exposta e que o RGPD tinha um conjunto de normas que não estava a ser cumprido nem pela Câmara Municipal de Viana nem por outras Instituições, o que era punível. A preocupação do auditor, contratado através da CIMAC, era alertar para que se tentasse aproximar o mais possível do cumprimento dessas regras. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva usou da palavra e disse que estas declarações que eram usadas nas reuniões de Câmara e nas Assembleias Municipais tornavam-se “patéticas” numa sessão pública, caso contrário tinham de ficar registadas em ata, que depois seria publicitada nos órgãos públicos. -----



O Técnico Sérgio Carvalho acrescentou que havia também uma orientação para as atas online e para aquelas que o Município guardava, tendo em conta a questão dos dados pessoais. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva disse que se a reunião era pública, significava que a pessoa estaria disposta a expressar para todos, o seu pensamento. -----

O Senhor Presidente interveio e disse que se iria aperfeiçoando este assunto, tentando chegar mais próximo porque era muito difícil “cumprir à risca aquele regulamento”. -----

O Chefe de gabinete do Senhor Presidente informou que haveria mais uma reunião sobre aquele assunto, onde surgiriam mais questões. -----

A Senhora Vereadora Rita Rafael chamou a atenção de alguns pormenores e que se deveriam aprofundar alguns pontos, de forma a conseguir-se mais informação sobre aquela questão. -----

O Dr. Eduardo Luciano, a terminar a sua intervenção, disse que o Município de Viana do Alentejo tinha sido elogiado pelo esforço de adequação às regras do RGPD. -----

O Senhor Presidente voltou a intervir para transmitir algumas informações. -----

Começou por se reportar às comemorações do feriado Municipal, as quais decorreram da melhor forma e disse que “tinha havido uma boa participação das pessoas” nas diversas iniciativas, designadamente o BTT de Aguiar, Torneio de Judo em Alcáçovas e a Corrida Viana-a-par-de-Alvito, na qual se registaram mais de trezentas inscrições. Salientou que o percurso tinha sido do agrado dos participantes. -----

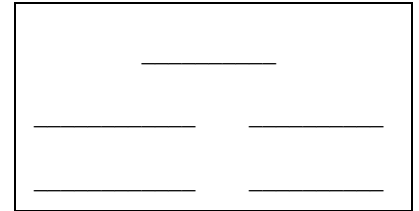
Relativamente à sessão solene do feriado Municipal, destacou a condecoração aos Presidentes dos diversos órgãos autárquicos desde 1977 até 2021, considerando que foi uma cerimónia justa, sobretudo porque se está a iniciar o ano em que se comemoram os 50 anos da Revolução de Abril. Assim, fazia todo o sentido homenagear “os homens e as mulheres que puseram em prática e que têm defendido o poder local” -afirmou. -----

O Senhor Presidente disse, também, que para além desta homenagem, havia muito mais pessoas, desde os Vereadores aos membros das Assembleias -----

Seguidamente, usou da palavra a Senhora Vereadora Sara Grou que começou por felicitar o Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas, pelos seus 77 anos de vida e que tem mantido vivo o Cante Alentejano, um dos patrimónios da UNESCO– afirmou. Deixou, ainda, uma saudação ao Município pela organização da Corrida Viana-a-par-de-Alvito, na qual participou e que tinha sido uma experiência bastante agradável- disse. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou destacou a presença de todos os técnicos, inclusivamente, o Técnico Luís Branco, ex-funcionário deste Município, que sempre que é possível vem ajudar nesta iniciativa. -----

Reconheceu o apoio dos colegas ao Bruno Soldado, considerando a situação que o mesmo está a viver.



Quanto às comemorações do 13 de janeiro, referiu que “não podia deixar de felicitar todos os que foram condecorados no Feriado Municipal com a medalha de honra do Município, agradecendo assim o esforço de todos aqueles que, pelo poder local, exerceram as suas funções desde as eleições livres, que tanto fizeram pelas suas freguesias, e pelo concelho”. -----

Da sua parte, disse sentir um orgulho redobrado em ter servido a sua freguesia e o seu Concelho”, pois, entre 1976 e 2021, foi a única mulher como cabeça de lista e eleita pelo poder local democrático. Lamentou que nenhuma das forças políticas, tivesse tido uma mulher como cabeça de lista à Câmara, até agora, pelo que deixava o desafio para que em 2025 isso pudesse acontecer. -----

A Senhora Vereadora estendeu o seu agradecimento a todos os que formam as equipas dos vários órgãos autárquicos, reconhecendo a importância e o papel de todos. -----

Prosseguindo, fez referência ao Rui Picavéu, o mais recente chocalheiro com oficina, em Alcáçovas e disse que o mesmo a tinha contactado porque a sua oficina estava instalada numa propriedade privada, o que lhe estava a causar alguns problemas com o dono da propriedade, no que diz respeito à venda do seu produto, bem como à exposição das suas peças. -----

Perante esta situação, o chocalheiro disse que iria fechar a sua atividade, o que seria injusto, já que tinha lutado tanto para ter a sua ocupação. -----

A Senhora Vereadora disse que, não sendo fácil alugar um espaço para expor as suas peças, questionou se haveria um sítio onde as pudesse colocar. -----

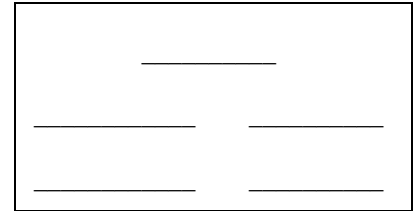
Referiu-se, depois, ao documento das Ordens de Pagamento do dia 30 de dezembro de 2023, onde constava o nome de uma empresa “Condado e Mordomias – Serviço de Arquitetura e Especialidades, para a recolha oficial de animais de companhia. Neste âmbito, disse que o Senhor Presidente tinha mencionado que para aquele projeto era necessária a opinião de um veterinário, pelo que questionou quem tinha sido o Veterinário que tinha dado apoio àquele projeto, ou se alguma empresa tinha alguém vocacionado para este fim, já que a Câmara não tinha profissional com aquela formação. -----

A Senhora Vereadora referiu também que os Clubes de Futebol tinham questionado qual o motivo, pelo qual ainda não tinham sido pagos os Contratos-Programa, uma vez que tinha sido combinado que esse pagamento seria efetuado no início de janeiro. -----

Relativamente às obras da EBSIS perguntou como é que as crianças, sobretudo as mais pequenas, se protegem do frio e da chuva e ainda transmitiu uma questão levantada pelos pais e que estava relacionada com o tempo reduzido na hora de almoço para algumas turmas. -----

O Senhor Presidente começou por responder ao assunto relativo ao jovem Rui Picavéu e disse que mantinha contacto com o chocalheiro desde há algum tempo. -----

Adiantou que o” problema ia mais além daquilo que a Senhora Vereadora tinha referido”. De acordo



com as informações que tinha, disse que o artesão tinha um contrato de três anos com o dono da propriedade, o qual determinava a “produção e venda ao público” e que neste assunto não devia interferir. -----

O Senhor Presidente disse que esta situação “não era fácil de resolver” e que, atualmente o Rui tinha a possibilidade de alugar outro espaço, pois, tinha solicitado ao IEFP a devida autorização e a mesma tinha sido concedida. No entanto, o espaço escolhido não estava legalizado e, desta forma, não era possível a Câmara prestar ajuda porque seria sempre exigida a legalidade do espaço pelo IEFP. -----

Para além disto, o Senhor Presidente referiu-se ainda a um “pedido” do Rui e do proprietário, com vista à possibilidade de arranjar uma estrada térrea que passa por trás da propriedade. Esse trabalho tinha sido realizado e estavam a colaborar, porém, havia coisas que não era possível resolver- disse. -----

Em relação à ordem de pagamento questionada pela Senhora Vereadora, disse que era um pagamento ao projetista, mas que estava em “stand by”. O projetista tinha adiantado uma grande parte do projeto e tinha sido paga uma parte do valor porque o projeto ainda não estava fechado- afirmou. -----

Informou também que tinha sido realizada uma visita ao canil de Grândola, de forma a observar outra versão diferente daquela que estava no projeto. -----

Neste contexto, o Senhor Presidente afirmou que tinham apresentado outra opinião ao projetista, de acordo com o modelo do canil de Grândola, para que fossem feitas algumas alterações ao projeto, contudo, é necessária uma opinião técnica. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou interveio e disse que a sua questão ia no sentido de saber se tinha “havido acompanhamento técnico ou se tinham competências na área”. -----

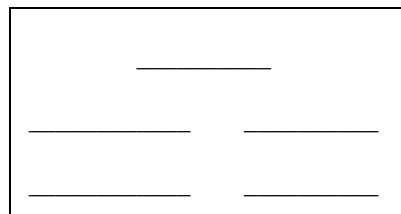
No que respeita aos Clubes de Futebol, o Senhor Presidente disse que “iria ver o que se passava” e que, provavelmente, o atraso dever-se-ia ao final de ano e “fecho de contas”. Não se recordava da data prevista para o pagamento, mas o valor teria sempre de ser pago – disse. -----

Referindo-se à EBSIS, o Senhor Presidente concordou com a opinião da Senhora Vereadora Sara Grou, quando mencionou os transtornos que a obra estava a causar. Disse que iria haver uma intervenção mais direta porque a tenda que tinha sido colocada, devido ao mau tempo, tinha-se rasgado. Os encarregados de Educação já tinham manifestado a sua preocupação e a Câmara falou com o Diretor da Escola, no sentido de obterem autorização para poderem substituir aquela tenda por uma mais resistente. -----

O Senhor Presidente acrescentou que estava prevista outra intervenção, que seria o isolamento do chão, uma vez que é térreo e, nesta altura tornava-se muito húmido. -----

O Senhor Presidente afirmou que “era um compromisso assumido e que o executivo estava a fazer o máximo para ajudar”. -----

Quanto ao tempo reduzido para as refeições, disse não ter conhecimento daquela situação, pois era uma



coordenação da escola e, por esse motivo, não “se podia manifestar sobre a situação”. -----

Em seguida, verificou-se a intervenção do Senhor Vereador António Costa da Silva que começou por cumprimentar todos os presentes e aqueles que assistiam à distância. -----

Na sua intervenção, deixou um voto de felicitação ao Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas pela comemoração do seu aniversário, sublinhando a importância daquela Associação na freguesia de Alcáçovas e no Concelho. Realçou o dinamismo daquele grupo, que estava a atrair muitos jovens, o que era de louvar, considerando que a maioria dos elementos “já tinha alguma idade”. -----

O Senhor Vereador referiu-se também à situação do jovem chocalheiro, já abordada pela Senhora Vereadora Sara Grou e disse que tinha acompanhado o seu processo até uma determinada fase, de modo a chegar aos financiamentos. Este era um projeto pequeno, na dimensão do que era uma empresa, mas com toda a importância que tem a história dos chocalhos em Alcáçovas. -----

Foi entregue ao NERE – Núcleo Empresarial da Região de Évora e depois foi feita uma candidatura ao IEFP e daí todas as obrigações que terá de cumprir, relativamente ao prazo de três anos da atividade, espaços licenciados, entre outros- disse. -----

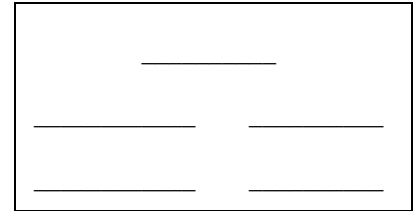
Disse o Senhor Vereador que havia situações em o Município não podia interferir, como era o caso da questão da localização do espaço onde exerce a sua atividade porque sendo privado, terá de haver entendimento entre o chocalheiro e o proprietário. -----

Apesar disto, deixou algumas sugestões de ajuda para este caso, nomeadamente a venda dos chocalhos no Posto de Turismo, conforme constatou em Barcelos, e que seria uma ideia para os artesãos aumentarem a sua atividade. À semelhança daquele Município, disse que poder-se-ia também ajudar a pôr à venda o artesanato local e que o Município de Viana do Alentejo poderia incentivar o comércio local a vender aquelas peças. O exemplo seria começar pelos Postos de Turismo, colocando aí peças de olaria, se os artesãos assim o entenderem. No Paço dos Henriques seria também uma opção a considerar, pois, isto enriquecia o Concelho, trazendo” também mais dinheiro à economia local”. -----

O Senhor Vereador disse que havia, no nosso Concelho, artesãos que “faziam coisas interessantíssimas”, mas que se deparavam com a dificuldade na venda dos seus produtos. -----

Referindo-se, novamente, à situação do Rui Picavéu, disse que “não tinha meios, mas tinha muita vontade “. Olhando para a debilidade da indústria chocalheira, no sentido de haver poucas pessoas que ainda pratiquem esta atividade, “não havia mal nenhum que o Município ajudasse a encontrar soluções”.

Assim, disse que havia um espaço, que não sabia se ainda pertencia ao Município, localizado perto da Papelaria Salsinha, em Alcáçovas e que tinha sido sede do PCP. Atualmente, estava fechada e não sabia para que servia. -----



O Senhor Presidente respondeu que aquele espaço estava aberto porque tinha lá estado havia pouco tempo, mas que estavam os contentores dos recicláveis a tapar a visibilidade. Sabia que tinha sido uma antiga sede do PCP, mas que não tinha ainda encontrado registos. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva interveio e afirmou que o conhecimento que tinha do espaço em questão era que pertencia ao Município. Não sendo de ninguém, o Município poderia fazer “usucapião” porque não tinha sido utilizado por nenhum privado. -----

O Senhor Vereador referiu que, com uma pequena intervenção, seria uma alternativa, temporária, para a exposição dos trabalhos daquele artesão e, ao mesmo tempo, daria vida ao espaço. -----

Havia algumas regras, nomeadamente, a existência de um regulamento, contudo, neste caso seria o “interesse público”, na Salvaguarda da Arte Chocalheira. -----

Prosseguindo a sua intervenção, o Senhor Vereador fez alusão às comemorações do Feriado Municipal e do 126º aniversário da Restauração do Concelho de Viana do Alentejo, considerando que, globalmente, tinham sido positivas. Deixou uma palavra de apreço à cerimónia de homenagem justa e merecida aos autarcas que lideraram, durante todos estes anos, os diversos órgãos do poder autárquico. -----

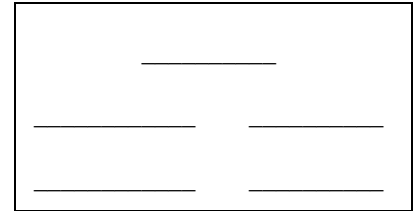
Referiu que todos ficaram muito satisfeitos com o ato e que a “Democracia deveria ser valorizada sempre”. -----

Ainda na sua intervenção, o Senhor Vereador fez uma avaliação dos discursos oficiais, salientando que “nada tinha a apontar ao discurso do Senhor Presidente da Câmara, e que o tinha aplaudido, com muita naturalidade”. O mesmo não se passou com o discurso do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pois numa parte do mesmo teceu comentários em relação aos Documentos Previsionais, o que lhe pareceu desajustado –afirmou. Além de que, “o Presidente da Assembleia Municipal é o Presidente de todos”, por isso não pode estar no “papel de uma força política”. -----

Este assunto deveria ter sido abordado na Assembleia Municipal de dezembro porque “aí é que era o espaço próprio para o efeito, permitindo, assim, ouvir a posição dos outros membros, incluindo aqueles que são da sua força política. Embora os documentos não tivessem chegado à Assembleia Municipal, uma vez que foram rejeitados no órgão Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia podia ter manifestado a sua preocupação- afirmou. -----

O Senhor Vereador disse que “percebia a lógica do monólogo, mas que contestava”. Desde 2021 que apresentaram propostas e que não tinham sido cumpridas, por esse motivo, rejeitaram o orçamento. A par disso, não se reviam na gestão daquele executivo e não queriam estar associados a ela. “Era uma liberdade que tinham”! –disse. -----

Havia, ainda, uma questão central que se referia a um aspeto que ele contestava, ainda com maior veemência e que era a frase proferida pelo Senhor Presidente da Assembleia “Não vamos ter um



Orçamento daqueles que não ganharam” -----
Disse o Senhor Vereador que as propostas que o VIVA tinha apresentado não punham em causa o Orçamento Municipal nem as intenções de quem ganhou as eleições.” Ninguém da oposição queria governar “, mas a maioria dos eleitores não tinha votado no atual executivo e isso “tinha de ser respeitado”. O comentário do Senhor Presidente da Assembleia punha em causa os valores da Democracia”. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva informou que tinha recebido algumas queixas de munícipes, relacionadas com a limpeza dos materiais de reciclagem, pois, muitas vezes, ficam vestígios de lixo. -----
Depois de chamarem a atenção aos funcionários que realizam essa recolha, estes respondiam “que as pessoas é que não eram civilizadas”. -----

Independentemente do comportamento negativo que algumas pessoas pudessem ter, “as coisas não podiam ficar para trás- disse. -----

Para além destas reclamações, surgiram outras relacionadas com a necessidade de obras e exemplificou a freguesia de Aguiar, onde alguns bairros necessitam de intervenção urgente, nomeadamente, o Bairro do Forno do Tijolo, no qual os passeios e o alcatrão estão degradados. -----

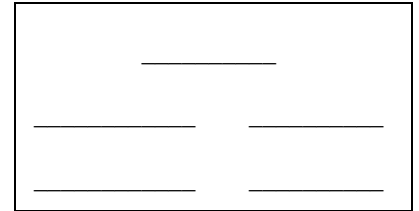
A terminar a sua intervenção, disse que trazia uma Moção para apresentar, mas que o faria a seguir aos esclarecimentos do Senhor Presidente e antes de dar início à Ordem de Trabalhos. -----

O Senhor Presidente, antes de responder à intervenção do Senhor Vereador António Costa da Silva, transmitiu que os Contratos –Programa já tinham sido pagos no dia 11 de janeiro, pelo que não tinha havido falha na data acordada, que seria o início do mês. -----

Interveio o Senhor Vereador Joaquim Maria Bento que informou que faltava o pagamento ao Galopar e Pedalar Clube BTT de Aguiar, uma vez que faltavam documentos. -----

Retomando a sua intervenção, o Senhor Presidente referiu-se ao assunto do chocalheiro Rui Picavéu e disse que” o problema não era, propriamente, a venda, pois, segundo informação da mãe do artesão, ele tinha encomendas e pessoas interessadas. O Município tinha ajudado até ao momento, adquirindo peças, tal como acontecia com outros chocalheiros, convidando-o para exposições e feiras. O problema era a produção e acesso e, segundo lhe parecia, havia outras prioridades-disse. De qualquer forma, continuariam disponíveis para apoiar o chocalheiro e tentar arranjar uma solução, mas com a preocupação de que a solução arranjada pelo executivo não resolva o seu problema, tendo em conta as exigências do IEPF e dos documentos necessários, no que respeita à produção. -----

A sugestão da venda das peças nos Postos de turismo, apresentada pelo Senhor Vereador António Costa da Silva, pareceu-lhe uma ideia aceitável e disse “que não percebia por que razão ainda não se tinha feito-----



A Senhora Vereadora Sara Grou afirmou que esta opção era bastante vista no Centro e Norte do País e o Senhor Presidente respondeu que os artesãos do Concelho, habitualmente, tinham as peças vendidas, razão pela qual ainda não se tinha colocado esta questão. -----

Ainda na sua intervenção, a Senhora Vereadora Sara Grou referiu que na zona Norte do país, havia mais artesãos. Tendo em conta a dimensão geográfica e os acessos difíceis, optavam por levar os seus produtos para vender noutros sítios. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva interveio e disse que estes produtos mesmo que não fossem para venda, havia uma pequena mostra para que os turistas percebessem “que aquele produto existia ali”. -----

O Senhor Vereador Joaquim Maria Bento acrescentou que no Paço dos Henriques, em Alcáçovas, havia esse tipo de produtos, desde os chocalhos, artigos da Estada Nacional 2, entre outros. -----

O Senhor Presidente interveio e referiu que a fábrica do Chocalhos Pardalinho tinha também optado pelo fabrico dos chocalhos com uma intenção turística, dado que havia menos produtores de gado. “Era o virar da página daquela arte, mas que não podia ser perdida de forma nenhuma – disse. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou voltou a intervir para corrigir um lapso, relativamente à sua intervenção quando afirmou ter sido a única mulher como cabeça de lista e eleita desde 1977 até 2021. A Senhora Vereadora disse que, afinal, tinha havido outra mulher nesta situação e que tinha sido Gabriela Figueira, concorrente à Câmara. -----

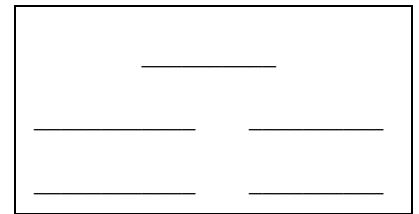
Voltando à sua intervenção, o Senhor Presidente fez referência às palavras do Senhor Vereador António Costa da Silva, pelo facto de ter apreciado o seu discurso alusivo às comemorações do Feriado Municipal. Na sua opinião, tinha sido um discurso justo-afirmou. -----

No que diz respeito ao discurso do Presidente da Assembleia Municipal, afirmou que não “iria manifestar-se” e que não falaria do Orçamento para responder àquela questão. Disse que o Senhor Vereador António Costa da Silva teria sempre a oportunidade de manifestar o seu desagrado, através da sua força política e que “o Senhor Presidente da Assembleia Municipal assumiria, com certeza, as suas palavras”. -----

Relativamente às queixas acerca dos contentores dos recicláveis que não ficam devidamente limpos, disse que poderia ser “uma minoria”, que costumava passar em alguns sítios, antes e depois da recolha, e já tinha observado que isso acontecia pontualmente. -----

Acrescentou que esta situação já se passava há algum tempo, até com os outros contentores, porque as pessoas não tinham cuidado e deitavam aí o lixo diretamente. -----

Para além disso, disse que a limpeza das ruas era uma competência das Juntas de Freguesia e não da



Câmara e era visível que havia ruas que “poderiam estar mais limpas”, contudo, os funcionários do Município deveriam recolher esse lixo que fica após a recolha. -----

Em relação aos passeios degradados e às necessidades de intervenção, disse que apontaria muitos mais do que aqueles que tinham sido referidos pelo Senhor Vereador António Costa da Silva, mas que não tinha pedreiros e material suficiente para estas intervenções e chamou a atenção para “contribuição do Mapa de Pessoal, o qual resolveria estas situações”. -----

O Senhor Presidente referiu, ainda, que havia muitos trabalhadores em idade de reforma, inclusivamente o único calceteiro que estava ao serviço. Esta era uma função para qual havia muita dificuldade em encontrar trabalhadores- afirmou. -----

Em conversa com outros Presidentes de Câmara, constatou que esta era uma dificuldade sentida por muitos Municípios e que o IEFP tinha manifestado intenção de abrir formações naquela área, mas não havia interessados. -----

A Senhora Vereadora Rita Rafael interveio e colocou a questão relativa ao técnico Bruno Soldado e ao desenvolvimento do seu processo e ainda perguntou sobre o concurso de Assistente Operacional do Centro de Saúde de Viana do Alentejo. -----

Ainda na sua intervenção, deixou uma felicitação a todos os envolvidos na organização da V edição da Corrida “Viana-a-par-de-Alvito” pela forma como decorreu, com muito sucesso e sem incidentes. A Senhora Vereadora manifestou também a sua insatisfação pelo facto de já terem decorrido 15 dias depois da última reunião de Câmara e ainda continuarem a aguardar pelas listagens solicitadas. -----

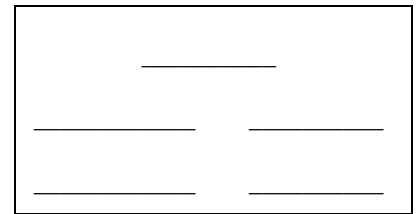
O Senhor Presidente respondeu que “tinha feito o seu papel”, pois tinha ficado responsabilizada uma pessoa” para esse efeito, pelo que não confirmou se os pedidos das Senhoras Vereadoras tinham sido satisfeitos”. -----

A Técnica Salomé Pires afirmou que tinha transmitido ao Chefe da Divisão de Gestão de Recursos bem como ao Chefe da Divisão Administrativa Urbanística e Processual as solicitações da parte das Senhoras Vereadoras do PS e o Senhor Presidente pediu que fossem reforçados os pedidos em questão. -----

Ainda no uso da palavra, o Senhor Presidente referiu que o Arquiteto Miguel Machado, ao contrário do que tinha sido previsto, não pôde estar presente naquela reunião de Câmara porque ainda não tinha “dados concretos” para apresentar uma informação mais concreta. Assim, a sua participação tinha ficado adiada para a próxima reunião. -----

Em relação ao concurso para o Centro de Saúde, disse que, de momento, “não conseguia fazer o ponto de situação”, mas que iria pedir aos serviços essa informação, tentando que a mesma fosse dada até ao final da reunião. -----

Relativamente à situação do Bruno Soldado, disse que já tinham recebido dois pareceres externos,



solicitados por ele próprio, cujo conteúdo não coincidia com o parecer que o executivo já tinha. Assim, “estava-se a ver uma luz ao fundo do túnel” –disse. “Era preciso arranjar um equilíbrio, pois os pareceres não eram compatíveis. -----

Terminada a sua intervenção, o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador António Costa da Silva que apresentou a seguinte Proposta de Recomendação:

“PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

«PARA QUE O HELICÓPTERO DO INEM VOLTE A OPERAR À NOITE A PARTIR DE ÉVORA»

Dois dos quatro helicópteros de emergência médica ao serviço do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) deixaram de operar à noite desde o de dia 1 de janeiro. Esta informação teve origem neste organismo do Ministério da Saúde.

Em comunicado, o INEM explica que os helicópteros em causa são os que operam a partir de Évora e Viseu, tendo o presidente do instituto afirmado que a situação se deve manter no máximo durante seis meses. Os outros dois helicópteros, baseados em Macedo de Cavaleiros e Loulé, manterão o seu funcionamento 24 horas por dia, lê-se no comunicado.

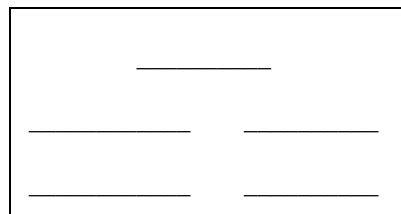
De acordo com o INEM, apesar do aumento significativo de verbas para esta resposta ao socorro pré-hospitalar, Évora fica para já com limitações. Esta é só mais uma péssima decisão que o Estado toma em relação ao interior. Mais uma vez, o Alentejo fica fortemente penalizado nesta situação!

Evidentemente que esta decisão é de uma enorme irresponsabilidade, isto porque pode significar grandes falhas nas respostas na emergência médica a uma região com fortes limitações para as situações mais graves. A celeridade com que se chega a um local para salvar uma vida humana fica claramente posta em causa!

Esta decisão do helicóptero deixar de operar à noite a partir de Évora é claramente de uma grande irresponsabilidade. Na realidade, esta decisão prejudica claramente a Região Alentejo.

Esta decisão demonstra a clara incompetência do Governo ainda em funções. Não se consegue compreender a racionalidade desta decisão danosa para a população alentejana, isto porque continuam a ser necessários os meios de emergência para garantir uma resposta mais eficaz em todo o território alentejano.

Ninguém consegue acreditar que uma reposta apenas de um helicóptero (em vez de dois), situado em Loulé, consegue responder com mais eficácia às situações de emergência médica a todo o território alentejano, quando comparado com um helicóptero a operar a partir de Évora. Com a decisão tomada, o Alentejo fica totalmente desprotegido para as respostas de emergência mais graves.



A Câmara Municipal de Viana do Alentejo, por proposta do VIVA, recomenda ao GOVERNO e ao INEM a realocização imediata do helicóptero do INEM a operar à noite a partir de Évora.

O Primeiro Subscritor: António Costa da Silva (Vereador do VIVA – Coligação PPD / PSD, CDS-PP, MPT e PPM)

Viana do Alentejo, 17 de janeiro de 2024

Nota: Caso esta Proposta de Recomendação seja aprovada propõe-se o seu envio para o Sr. Ministro da Saúde; INEM; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Agência LUSA e todos os órgãos da Comunicação Social da Região Alentejo, e respetiva publicação no sítio e Facebook do Município de Viana do Alentejo.”

Interveio a Senhora Vereadora Sara Grou que disse que gostaria de tecer algumas considerações sobre o assunto. -----

Assim, referiu-se ao facto de as populações alentejanas serem as mais prejudicadas. Já que o helicóptero estava sediado em Évora e para além disso, não houve aumento de ambulância SIV-Suporte básico de vida que, não substituindo o helicóptero, poderiam melhorar de alguma forma o socorro à população. -----

A Senhora Vereadora disse, ainda, que o referido helicóptero prestava socorro também na zona de Lisboa e Vale do Tejo, pelo que também estas regiões ficariam prejudicadas. -----

Lamentou esta situação e disse que se estava ali” a defender populações e a defender vidas e não com intenções partidárias”. Era incompreensível que houvesse um “helicóptero em cada ponta do país porque apesar de ser rápido, poderia demorar o tempo que seria importante para salvar uma vida. Para além disso, assistimos ao aumento dos atendimentos nas urgências e, como se não bastasse, o fecho das vias verdes AVC que seria o último recurso para socorrer as pessoas em estado crítico. -----

O Senhor Presidente disse ainda que o prazo das candidaturas do Centro de Saúde tinha terminado no dia 2 de janeiro e estavam em fase de análise. -----

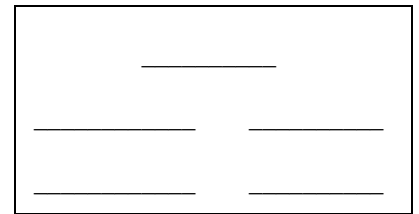
Após a intervenção do Senhor Presidente, entrou-se de imediato na Ordem de Trabalhos:

Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta no final da reunião. -----

-Ponto dois) Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 24 de outubro de 2023 – O Senhor Presidente propôs que este ponto fosse retirado da Ordem de Trabalhos, voltando a ser submetido à próxima reunião de Câmara. -----

Ponto três) Informação sobre a Atividade da Câmara- A Câmara tomou conhecimento da atividade realizada no período compreendido entre 30 de dezembro e 12 de janeiro de 2024. –

No dia 05 de janeiro, o presidente da Câmara, Luis Miguel Duarte, esteve presente, a convite da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo, na iniciativa “Cantar aos Reis” realizada no Largo de S. Luís, em Viana. -----



No dia 06 de janeiro, o chefe de gabinete do presidente da Câmara, Eduardo Luciano, esteve presente na iniciativa “Cantar aos Reis”, realizada na Praça da República, em Alcáçovas. -----

No dia 07 de janeiro, o Galopar & Pedalar - Clube de BTT de Aguiar promoveu o 9º Raid de BTT, no âmbito das comemorações da restauração do concelho. Na entrega dos prémios esteve presente o adjunto do presidente da Câmara, Joaquim Maria Bento. -----

No dia 08 de janeiro, o executivo em regime de permanência recebeu, no largo do edifício dos Paços do Concelho e da Junta de Freguesia, as crianças das salas do pré-escolar do Centro Imaculado Coração de Maria e a Tuna da Universidade Popular Túlio Espanca/Universidade de Évora (UPTE/UE) - Polo de Viana do Alentejo, que cantaram as Janeiras, contribuindo, deste modo, para manter a tradição. -----

A Tuna da Universidade Popular Túlio Espanca/Universidade de Évora (UPTE/UE) deslocou-se ainda aos edifícios da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo e aos Bombeiros Voluntários de Viana do Alentejo para desejar um feliz Ano Novo. -----

No mesmo dia, para assinalar o 7º aniversário da Tuna da Universidade Popular Túlio Espanca/Universidade de Évora (UPTE/UE) - Polo de Viana do Alentejo, no passado dia 3 de janeiro, o executivo municipal em regime de permanência juntou-se aos alunos e alunas e ao seu professor, no Cineteatro Vianense, para cantar os parabéns. -----

No dia 9 de janeiro, o presidente da Câmara, Luis Miguel Duarte, esteve presente na reunião do Conselho Diretivo da AMCAL, realizado no edifício dos Paços do Concelho. -----

No dia 10 de janeiro, o presidente da Câmara, Luis Miguel Duarte, e o adjunto do presidente da Câmara, Joaquim Maria Bento, reuniram com a Associação Equestre de Viana do Alentejo, a fim de tratarem de assuntos relacionados com a Romaria a Cavalo 2024. -----

No dia 11 de janeiro, no período da manhã, a vice-presidente da Câmara, Paula Neves, realizou o habitual atendimento aos munícipes, na Delegação da Câmara, em Alcáçovas. -----

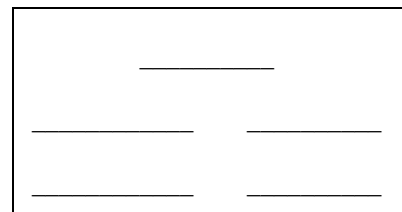
No período da tarde, o presidente da Câmara, Luis Miguel Duarte, realizou o habitual atendimento aos munícipes no edifício dos Paços do Concelho. -----

No dia 12 de janeiro, o presidente da Câmara, Luis Miguel Duarte, a vice-presidente, Paula Neves, o chefe de gabinete do presidente da Câmara, Eduardo Luciano, o adjunto do presidente, Joaquim Maria Bento e a vereadora, Sara Grou, estiveram presentes na inauguração da Mostra de Artesanato do Concelho de Viana, no Castelo de Viana do Alentejo, no âmbito das Comemorações do 126º aniversário da Restauração do Concelho de Viana. -----

Com a Mostra de Artesanato do Concelho, o primeiro projeto do ano de 2024 do ciclo de Exposições Temporárias da Igreja da Misericórdia de Viana do Alentejo, a Câmara Municipal, com o apoio da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo, pretende dar a conhecer e divulgar as tradições e a produção artesanal a quem visita o concelho, com contributos das mãos que laboram no artesanato em Viana do Alentejo. -----

A exposição encontra-se patente ao público até dia 3 de março, entre as 9h30 e as 13h00 no período da manhã e, entre as 14h00 e as 17h30, no período da tarde. -----

Ponto quatro)Proposta de celebração de Protocolo de Pareceria com a Associação Bandeira Azul da Europa, no âmbito do Programa Eco Escolas, e aprovação da transferência do valor da



inscrição -A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a proposta de celebração de Protocolo de Pareceria com a Associação Bandeira Azul da Europa, no âmbito do Programa Eco Escolas, e aprovação da transferência de 80,00€ (oitenta euros), valor da inscrição. -----

Ponto cinco) Proposta de transferência de verbas ao abrigo do Regulamento de Apoio Financeiro às Atividades Culturais -Nos termos das propostas da Divisão de Cultura e Desporto e ao abrigo do Regulamento de Apoio Financeiro às Atividades Culturais, a Câmara deliberou por unanimidade transferir para:

- **A Associação Musical Artes e Tradições de Alcáçovas, Escola de Música**, a quantia de 205,20€ (duzentos e cinco euros e vinte centimos), referente ao 1º trimestre de 2023-----
- Para o **Grupo de Cavaquinhos do Alentejo**, a quantia de 180,00€ (cento e oitenta euros) também referente ao 1º trimestre de 2023 e a quantia de 209,40€ (duzentos e nove euros e quarenta Centimos, referente ao 2º trimestre de 2023; -----
- Para o **Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas**, a quantia de 348,00€ (trezentos e quarenta e oito euros, referente ao 4º trimestre de 2023; -----
- Para o **Grupo Coral e Etnográfico de Viana do Alentejo**, a quantia de 217,80€ (duzentos e dezassete euros e oitenta Centimos), referente ao 4º trimestre de 2023; -----

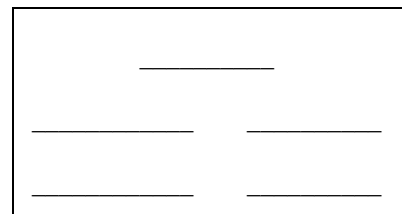
Ponto seis) Proposta de concessão de apoio financeiro para o Grupo Coral “Os Trabalhadores de Alcáçovas” – A Câmara deliberou aprovar. por unanimidade, a transferência de verba para o Grupo Coral “Os Trabalhadores de Alcáçovas”, no montante de 400,00€, como comparticipação nas despesas com as comemorações do 77º Aniversário. -----

Ponto sete) Proposta de concessão de apoio financeiro à Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Viana do Alentejo - A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a transferência de verba para a Associação dos Reformados, Pensionistas e Idosos de Viana do Alentejo, no valor 400,00€, como comparticipação nas despesas com as comemorações da Festa de Aniversário da Associação-----

Ponto oito) Proposta de transferência para o Agrupamentos de Escolas de Viana do Alentejo, referente ao Ano Letivo de 2022/2023- A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a transferência de verba para o Agrupamentos de Escolas de Viana do Alentejo, referente ao Ano Letivo de 2022/2023, no valor de 600,00€ (seiscentos euros), no âmbito do Protocolo de colaboração entre as duas entidades. -----

Ponto nove) Proposta de transferência para o Agrupamentos de Escolas de Viana do Alentejo, referente ao Ano Letivo de 2023/2024-A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a transferência de verba para o Agrupamentos de Escolas de Viana do Alentejo, referente ao Ano Letivo de 2023/2024, no valor de 600,00€ (seiscentos euros), no âmbito do Protocolo de colaboração entre as duas entidades. -----

Ponto dez) Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente de 9 de janeiro de 2024, que determinou a transferência de verba para a Associação de Atletismo de Évora- A câmara



deliberou ratificar, por unanimidade, o despacho do Senhor Presidente de 9 de janeiro de 2024, que determinou a transferência de verba para a Associação de Atletismo de Évora, no valor de 1.100,00€ (mil e cem euros), referente às despesas com a organização da prova de atletismo Viana-a-par-de-Alvito, realizada a 14 de janeiro de 2023. -----

Ponto onze) Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente da Câmara, de 9 de janeiro de 2024, referente à interdição de trânsito na estrada de Vila Nova devido à realização da corrida Viana-a-par-de Alvito - Por unanimidade, a Câmara deliberou ratificar o despacho

do Senhor Presidente de 9 de janeiro de 2024, referente à interdição de trânsito na estrada de Vila Nova, entre as 9h e as 13 hora do dia 14 de janeiro de 2024, no âmbito da realização da corrida Viana-a-par-de-Alvito. -----

Ponto doze) Proposta de atribuição do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso – De acordo com a proposta da Divisão de Educação, Saúde e Intervenção Social, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a atribuição do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso a um munícipe da freguesia de Viana do Alentejo e a renovação do referido cartão a um munícipe da freguesia de Viana do Alentejo e dois munícipes da freguesia de Alcáçovas. -----

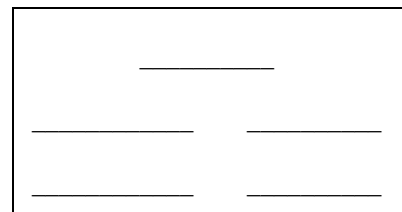
Ponto treze) Proposta de atribuição de subsídios no âmbito da Ação Social Escolar (Pré-Escolar) – Na ausência da Senhora Vereadora Rita Rafael, que não votou este ponto por se encontrar impedida, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade a atribuição de subsídios no âmbito da Ação Social Escolar (Pré-Escolar) a alunos do ensino Pré-Escolar da freguesia de Viana. -----

Ponto catorze) Proposta de indeferimento definitivo de atribuição de Bolsas de Estudo, após audiência prévia – A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a proposta de indeferimento definitivo de atribuição de Bolsas de Estudo, após audiência prévia a dois alunos de Alcáçovas e dois alunos de Viana do Alentejo do Curso Técnico Superior Profissional; a um aluno de Alcáçovas e outro de Viana do Alentejo do 1º ano de Licenciatura, a dois alunos de Aguiar do 3º e 4º anos, e cinco alunos de Viana do Alentejo. -----

Ponto quinze) Proposta de ratificação do despacho que concedeu o parecer prévio favorável à celebração de contrato de aquisição de serviços de manutenção e limpeza para a Escola Básica de Alcáçovas, na modalidade de avença (entidade A) – Neste ponto da Ordem de Trabalhos, a Senhora Vereadora Sara Grou interveio e alertou para o facto de continuar a estar incorreto o nome do prestador de serviços a contratar. -----

Com a devida correção, a Câmara deliberou ratificar, por unanimidade, o despacho que concedeu o parecer prévio favorável à celebração de contrato de aquisição de serviços de manutenção e limpeza para a Escola Básica de Alcáçovas, na modalidade de avença (entidade A). -----

Ponto dezasseis) Proposta de ratificação do despacho que concedeu o parecer prévio favorável à celebração de contrato de aquisição de serviços de manutenção e limpeza para a Escola Básica de Alcáçovas, na modalidade de avença (entidade B) - A Câmara deliberou ratificar, por unanimidade, o despacho que concedeu o parecer prévio favorável à celebração de contrato de aquisição de serviços de manutenção e limpeza para a Escola Básica de



Alcáçovas, na modalidade de avença (entidade B). -----

Ponto dezassete) Proposta de ratificação do despacho que concedeu o parecer prévio favorável à celebração de contrato de aquisição de serviços de manutenção e limpeza para a Escola Básica de Alcáçovas, na modalidade de avença (entidade C) A Câmara deliberou ratificar, por unanimidade, o despacho que concedeu o parecer prévio favorável à celebração de contrato de aquisição de serviços de manutenção e limpeza para a Escola Básica de Alcáçovas, na modalidade de avença (entidade C). -----

Ponto dezoito) Proposta de aprovação do Plano de Segurança e Saúde da Empreitada de Construção de Serviço para Autocaravanismo- ASA Viana do Alentejo, por parte do Coordenador de Segurança em obra – Por unanimidade, a Câmara aprovou Plano de Segurança e Saúde da Empreitada de Construção de Serviço para Autocaravanismo- ASA Viana do Alentejo, por parte do Coordenador de Segurança em obra. -----

Ponto dezanove) Proposta de Auto de revisão de preços extraordinária nº 11, referente à empreitada de “Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa” – A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, o Auto de revisão de preços extraordinária nº 11, referente à empreitada de “Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa”, no montante de 30.508,05€ (trinta mil quinhentos e oito euros e cinco cêntimos, acrescido de IVA). -----

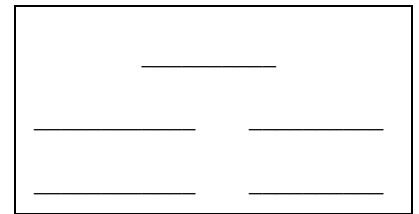
Ponto vinte) Proposta de emissão de licença especial de ruído, para um evento a realizar nos dias 19 e 20 de janeiro de 2024 e isenção das respetivas taxas –Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas – No âmbito da proposta da DAUP – Divisão de Administração Urbanística e Processual, a Câmara deliberou aprovar a emissão de licença especial de ruído, para um evento a realizar nos dias 19 e 20 de janeiro de 2024 e isenção das respetivas taxas ao Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas, com vista à realização de uma festa de aniversário, com início às 21 horas e fim à 4 horas. -----

Ponto vinte um) Proposta de emissão de licença especial de ruído, para um evento a realizar nos dias 20 e 21 de janeiro de 2024, e isenção das respetivas taxas – Sociedade União Alcaçovense – No âmbito da proposta da DAUP – Divisão de Administração Urbanística e Processual, a Câmara deliberou aprovar a emissão de licença especial de ruído, para um evento a realizar nos dias 20 e 21 de janeiro de 2024, e isenção das respetivas taxas à Sociedade União Alcaçovense, para um evento, com início às 22 horas e término às 2 horas. -----

Ponto vinte e dois) Proposta de alteração da sinalização da rua Brito Camacho, em Viana do Alentejo – Neste ponto da Ordem de Trabalhos, usou da palavra o Senhor Presidente e disse que aquele assunto se referia à correção do sinal de “Proibição Parar e Estacionar” na rua Brito Camacho, que facilitava a circulação dos veículos camarários. Como esse circuito deixou de se realizar, o referido sinal deve ser substituído pelo sinal de “Fim de proibição”. -----

Depois da intervenção do Senhor Presidente, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a alteração da sinalização da rua Brito Camacho, em Viana do Alentejo. -----

Ponto vinte e três - Proposta da 1ª alteração permutativa de 2024 ao Orçamento da Despesa em vigor de 2023 – Com dois votos favoráveis e três abstenções porá parte das Senhoras



Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael e do Senhor Vereador António Costa da Silva, a Câmara aprovou, por maioria, a 1ª alteração permutativa de 2024 ao Orçamento da Despesa em vigor de 2023. -----

Ponto vinte e quatro) Proposta da 1ª alteração permutativa de 2024 ao Plano Plurianual de Investimentos em vigor em 2023 - Com dois votos favoráveis e três abstenções por parte das Senhoras Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael e do Senhor Vereador António Costa da Silva, a Câmara aprovou, por maioria, 1ª alteração permutativa de 2024 ao Plano Plurianual de Investimentos em vigor em 2023. -----

Ponto vinte e cinco) Proposta de pedido de autorização para consultas para contratação de um empréstimo de curto prazo – Relativamente a este ponto, o Senhor Presidente explicou que o executivo estava a tratar de um pedido de empréstimo de 800 mil euros para as obras de Requalificação da EBSIS e que estava em apreciação no Tribunal de Contas. Este empréstimo poderia estar “um pouco demorado” e para que não houvesse interrupção na obra da escola, propunha-se a autorização para contrair um empréstimo de curto prazo, ou seja, um empréstimo à Tesouraria-disse. O Senhor Presidente prosseguiu e afirmou que a intenção não era “pedir outro empréstimo”, que o objetivo era “dar cobertura aos trabalhos” complementares” da EBSIS. Caso o empréstimo fosse aprovado, a rubrica destinada aos trabalhos complementares poderia ficar aberta e, assim que o empréstimo de 800 mil euros fosse aprovado, ou já não se utilizaria por não fazer falta, ou pagar-se-ia este que se propunha. Interveio a Senhora Vereadora Sara Grou que se referiu à proposta em causa, com o intuito de esclarecer o facto de esta mencionar a submissão à Assembleia Municipal, quando deveria mencionar a submissão ao órgão Câmara. -----

O Senhor Presidente clarificou que a proposta teria de ser aprovada em reunião de Câmara para que pudesse seguir para aprovação da Assembleia Municipal. -----

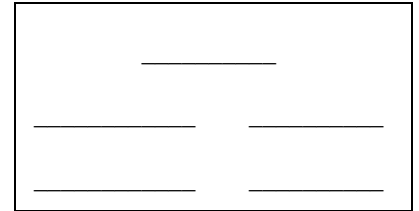
Voltou a intervir a Senhora Vereadora Sara Grou que questionou o Senhor Presidente quanto ao número do processo do pedido de empréstimo da quantia de 800 mil euros e a data de entrada no Tribunal de contas, já que se tinham passado alguns meses desde a sua aprovação na sessão de 8 de setembro de 2023, na Assembleia Municipal. -----

O Senhor Presidente respondeu que o referido processo tinha sido devolvido, após o primeiro envio, tendo em conta que havia falta de um documento e não chegou a ser apreciado. Foi, novamente, submetido, mas “não tinha a noção das datas” – afirmou. -----

O Senhor Presidente solicitou a presença do chefe do seu gabinete, Dr. Eduardo Luciano para uma explicação mais pormenorizada deste assunto. -----

O Dr. Eduardo Luciano, no uso da palavra, afirmou que a submissão do empréstimo ao Tribunal de Contas tinha sido feita em dezembro e já tinha havido um uma resposta, no sentido de pedirem esclarecimentos sobre algumas matérias, nomeadamente mapas comparativos, entre outros, relacionados com o financiamento e a Câmara tinha enviado resposta naquele dia ou iria enviar-disse. -----

A Senhora Vereadora Rita Rafael interveio e perguntou qual tinha sido a primeira data de envio daquele assunto. -----



O Dr. Eduardo respondeu que “não sabia a data certa”, mas que iria saber e acrescentou que o processo, de momento, estava em apreciação, pois tinham sido pedidos esclarecimentos, o qual era complexo e prendiam-se mais com a análise financeira do que com questões do ponto de vista jurídico. -----

Seguidamente, verificou-se a intervenção do Senhor Vereador António Costa da Silva que disse havia alguns aspetos que o “confundiam”, nomeadamente o documento que lhes foi enviado, o qual apresentava uma “fraca documentação” para aquele empréstimo de 800 mil euros, o que não ajudava os Vereadores a tomar uma decisão consistente sobre aquela matéria-disse. -----

A par disto, fez referência às regras de contratação do empréstimo de curto prazo. Na sua opinião, “o empréstimo para Tesouraria é efetuado quando há uma emergência efetiva, evidente, desde que exista uma receita corrente prevista para colmatar essa situação, o que não era o caso”. O empréstimo que estava previsto não cabia naquilo que era a lógica de uma receita corrente – disse. -----

o Senhor Vereador António Costa da Silva disse que se estava a “arranjar uma peripécia” para contornar um problema que não era “o formalismo correto”, pois a previsão do empréstimo não era a receita ordinária do Município-disse. -----

Além disto, o Orçamento atual era o de 2023, o que não inibia que se fizessem alterações permutativas que se entendessem. Perguntou o Senhor Vereador, como é que não se conseguiam fazer alterações, no início do ano, de forma a encaixar todos aqueles valores. A acrescentar a essas questões, juntava-se o facto de este pedido de empréstimo, ainda ter de passar por uma consulta à banca, o que levava tempo, e ser submetido a aprovação de uma Assembleia Municipal, provavelmente extraordinária. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva disse que “também lhe fazia confusão” aquele pedido de empréstimo extraordinário, quando este projeto já existia há muito tempo, portanto, “já se sabiam todas as fases que iria atravessar” e as despesas extraordinárias que ele implicava. -----

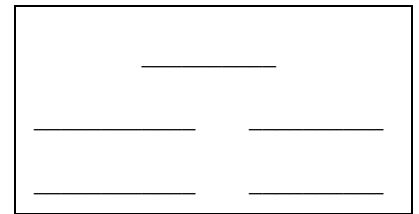
Neste contexto, disse que durante este tempo “se andou a encanar a perna à rã” e eram, agora, confrontados com pagamentos que teriam de ser efetuados, “ou o empreiteiro estaria a fazer muita pressão” e essas pressões já eram conhecidas. -----

Por tudo isto, o Senhor Vereador disse que não se sentia “muito confortável” naquela autorização, não só pelas questões formais, como também pelas questões políticas. -----

O Senhor Presidente respondeu que os últimos valores dos trabalhos complementares não estavam previstos, tinham chegado na semana anterior e que tinha havido projetos que tiveram de ser feitos de novo. Perante todas estas questões, não se poderia ter dado “andamento” ao processo mais cedo-disse. -----

O empreiteiro, ao ficar com os trabalhos limitados, pressiona o executivo e o mais importante nesta questão, é que os trabalhos complementares tinham de ser assinados pelo Presidente, o que implicava haver dinheiro na rubrica. O valor que estava previsto para a escola, não estava previsto para os trabalhos complementares – explicou. -----

Eram estas as razões, pelas quais havia urgência na abertura daquela rubrica, de forma a poder aprovar os trabalhos complementares. -----



O Senhor Presidente disse que este “empréstimo era o apoio à Tesouraria porque esta não suportava esse valor”, embora a Câmara Municipal não tivesse problemas de Tesouraria, contudo, precisava deste valor para a obra da escola e se o empréstimo não fosse aprovado dentro dos “timings” necessários, corria-se o risco de a obra parar. -----

o Senhor Presidente reforçou que seria apenas um empréstimo, pois era preciso “estarem prevenidos” para o dia em que tivessem de assinar os trabalhos complementares e a rubrica tinha de estar “preenchida”. -----

Interveio o chefe de gabinete do Senhor Presidente que disse que o Senhor Presidente tinha feito o enquadramento certo daquele assunto. Disse que a questão era que os trabalhos complementares não estavam previstos em termos orçamentais, o que obrigava a criar essa rubrica. Referiu ainda que este empréstimo de curto prazo impunha que o pagamento fosse feito no mesmo ano, pelo que não transitaria para o ano seguinte. -----

Perguntou a Senhora Vereadora Sara Grou qual o valor dos trabalhos complementares que o empreiteiro tinha apresentado. -----

O Senhor Presidente respondeu que o montante não chegava aos 800 mil euros. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou voltou a intervir para esclarecer a questão do valor que era mencionado na proposta, pois o que interessava, relativamente ao empréstimo eram o valor trabalhos complementares. -----

O Senhor Presidente referiu que até à semana anterior não tinham ainda o valor daqueles trabalhos. Tinha sido feitas algumas previsões e a maior dúvida estava na capacidade do PT e só se poderiam “fechar” os trabalhos quando se tivessem os preços finais. -----

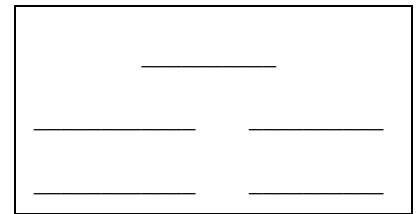
O Dr. Eduardo Luciano, no uso da palavra, disse que o que havia, na realidade, eram previsões porque só se sabe o valor dos trabalhos a mais depois de serem aceites pelo Senhor Presidente, após informação da fiscalização. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva interveio e disse que “não tinha dúvidas quanto à vontade de se resolverem os problemas”, mas que tinha pedido ajuda para clarificar este assunto e, enunciou a Lei das Finanças Locais. -----

Na sua interpretação, o Senhor Vereador disse que se estava a cometer uma ilegalidade, pois os empréstimos a curto prazo não eram considerados uma receita orçamental, mas uma receita financeira. -----

Assim, o Senhor Vereador disse que precisava que o Senhor Presidente lhe mostrasse o contrário daquilo que era a sua interpretação, porque tinha receio de aprovar aquela proposta. O chefe de gabinete do Senhor Presidente voltou a intervir e disse que, tendo em conta o “desconforto causado e as dúvidas suscitadas por aquela proposta”, sugeria que o ponto fosse retirado da Ordem de Trabalhos e se agendasse, de imediato, uma reunião de Câmara extraordinária com a presença do consultor para explicar a situação. -----

O Senhor Presidente referiu que esta situação poderia pôr em causa a continuidade da obra, mas que era preferível retirar o ponto da Ordem de Trabalhos a correr o risco de o mesmo não ser aprovado porque se fosse agir politicamente, submetia o ponto a votação. Sendo reprovado, o Senhor Vereador e as Senhoras Vereadoras responsabilizar-se-iam pela situação da obra. -----



Disse o Senhor Presidente que preferia convocar uma reunião de Câmara extraordinária, com a presença do técnico responsável. -----

Discutido o ponto, houve unanimidade, em excluir o ponto da Ordem de Trabalhos, voltando o mesmo a ser discutido em reunião extraordinária. -----

26. Proposta de abertura de Procedimento Concursal para Constituição de uma Relação Jurídica de Emprego em Contrato de Trabalho em Funções Públicas de Emprego por Tempo Indeterminado, para preenchimento de um posto de trabalho de Técnico Superior (Economia/Gestão de Empresas) da Carreira e Categoria de Técnico Superior - Por unanimidade, a Câmara deliberou aprovar, a proposta de abertura de Procedimento Concursal para Constituição de uma Relação Jurídica de Emprego em Contrato de Trabalho em Funções Públicas de Emprego por Tempo Indeterminado, para preenchimento de um posto de trabalho de Técnico Superior (Economia/Gestão de Empresas) da Carreira e Categoria de Técnico Superior. -----

27. Proposta de autorização de consolidação da situação de mobilidade interna na categoria de Assistente Técnica de uma trabalhadora no Centro Distrital de Évora do Instituto da Segurança Social - Por unanimidade, a Câmara deliberou aprovar, a proposta de autorização de consolidação da situação de mobilidade interna na categoria de Assistente Técnica de uma trabalhadora, no Centro Distrital de Évora do Instituto da Segurança Social. -----

-28. Proposta de ratificação do despacho da Senhora Vice-Presidente de 5 de janeiro de 2024, que autorizou o preenchimento de um posto de trabalho de Assistente Operacional na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com recurso à reserva de recrutamento interna – A Câmara deliberou ratificar, por unanimidade, do despacho da Senhora Vice-Presidente de 5 de janeiro de 2024, que autorizou o preenchimento de um posto de trabalho de Assistente Operacional na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com recurso à reserva de recrutamento interna. ----

O Senhor Presidente declarou encerrada a reunião às dezoito, tendo a minuta desta ata sido aprovada por unanimidade. -----

Eu,
O Presidente,

Os Vereadores,

,Assistente Técnica, a subscrevi